

STJ00114192

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

# DIREITO COMERCIAL

5.<sup>a</sup> EDIÇÃO

**(revista e atualizada)**

com a colaboração de

A. BARRETO MENEZES CORDEIRO, LL.M. (*King's College London*)

Doutor em Direito

Professor associado da FDL



ALMEDINA

2022

## DIREITO COMERCIAL

AUTOR

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

1.ª edição: Março de 2001

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Rua Fernandes Tomás n.º 76-80  
3000-167 Coimbra  
Tel.: 239 851 904  
Fax: 239 851 901  
www.almедina.net  
editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Fevereiro, 2022

DEPÓSITO LEGAL

494860/22

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

*Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação*

CORDEIRO, António Menezes, 1953-

Direito comercial – 5.ª ed. rev. actualizada – (Menezes Cordeiro)

ISBN 978-989-40-0184-3

CDU 347

## ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor no domínio do Direito comercial .....	5
Advertências .....	11
Abreviaturas .....	13
Índice geral .....	23

## I INTRODUÇÃO

### § 1.º O Direito Comercial

1. Aproximação; Direito privado .....	41
2. Direito especial .....	43
3. Direito do comércio ou dos comerciantes .....	44
4. Condicionamentos histórico-culturais e dogmáticos .....	45

## CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL

### § 2.º Das origens aos primeiros códigos comerciais

5. Génese e Direito romano .....	47
6. Do <i>ius mercatorum</i> às leis comerciais modernas .....	51
7. O <i>Code de Commerce</i> de 1807; influência .....	54
8. A evolução alemã e o Código Geral de 1861 .....	61

### § 3.º As codificações tardias e a unificação do Direito privado

9. As codificações oitocentistas tardias .....	66
10. Institutos comerciais sensíveis; evolução científica .....	69

11.	O século XX e a unificação do Direito privado . . . . .	70
12.	Elementos subsequentes . . . . .	75

#### § 4.º A experiência anglo-saxónica

13.	Evolução geral . . . . .	78
14.	Tendências atuais; a experiência norte-americana do <i>Uniform Commercial Code</i> . . . . .	79

### CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA LUSÓFONA

#### § 5.º Das origens ao século XVIII

15.	O comércio e as primeiras leis . . . . .	83
16.	As Ordenações; aspetos gerais do antigo Direito comercial português . . . . .	85
17.	A doutrina comercial lusófona . . . . .	89
18.	As reformas comerciais do Marquês de Pombal . . . . .	90

#### § 6.º Os Códigos Comerciais oitocentistas

19.	Antecedentes; a Lei da Boa Razão (18-ago.-1769) . . . . .	93
20.	O Código Ferreira Borges (1833) . . . . .	95
21.	O Código Veiga Beirão (1888) . . . . .	101

#### § 7.º A comercialística dos séculos XX e XXI

22.	A evolução legislativa subsequente ao Código Comercial; a) Alterações ao Código . . . . .	106
23.	Segue; b) Leis complementares . . . . .	113
24.	A doutrina . . . . .	116

#### § 8.º Outras experiências lusófonas

25.	Brasil . . . . .	125
26.	Angola . . . . .	128
27.	Cabo Verde . . . . .	129
28.	Guiné . . . . .	130
29.	Macau . . . . .	131
30.	Moçambique . . . . .	133
31.	São Tomé e Príncipe . . . . .	136
32.	Timor . . . . .	137

## CAPÍTULO III – COORDENADAS ATUAIS DO DIREITO COMERCIAL

### § 9.º Características gerais

33.	A “comercialidade”	139
34.	O problema da autonomia	143
35.	A especialidade.	146
36.	A aplicação analógica do Direito comercial.	148
37.	A natureza fragmentária e a dependência científica	150
38.	Natureza histórico-cultural; consequências	152
39.	Internacionalismo e pequeno comércio	153

### § 10.º A autonomização de disciplinas comerciais

40.	Dados legislativos; Direito comercial amplo e Direito comercial residual	156
41.	O Direito das sociedades comerciais	157
42.	O Direito da concorrência	159
43.	O Direito da propriedade industrial	164
44.	O Direito dos títulos de crédito	166
45.	O Direito bancário	167
46.	O Direito dos valores mobiliários.	169
47.	O Direito dos seguros	171
48.	Outras disciplinas	173
49.	O Direito comercial nuclear	175

### § 11.º Integração e internacionalização

50.	Aspetos gerais.	177
51.	Integração europeia e diretrizes comerciais	179
52.	Internacionalização.	181
53.	A CNUDCI (UNCITRAL) e a UNIDROIT.	182
54.	O novo <i>ius mercatorum</i>	185
55.	A arbitragem: nacional e internacional.	187

### § 12.º O Direito comercial dos nossos dias

56.	Aspetos metodológicos.	191
57.	Programa.	193
58.	Bibliografia lusófona	194
59.	Bibliografia estrangeira	197
60.	Revistas, comentários, coletâneas e <i>Internet</i>	200

## II DOCTRINA COMERCIAL GERAL

### CAPÍTULO I – COMÉRCIO E COMERCIANTES

#### Secção I – DOS ATOS DE COMÉRCIO

##### § 13.º Atos de comércio

61.	O sistema do Código Comercial. . . . .	207
62.	Atos de comércio objetivos . . . . .	209
63.	Segue; atos comerciais por analogia?. . . . .	211
64.	Segue; o problema das “empresas” do artigo 230.º . . . . .	216
65.	Atos de comércio subjetivos. . . . .	221
66.	Os atos mistos. . . . .	225
67.	Síntese; a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto; perspetivas . . . . .	226

##### § 14.º Regime geral dos atos de comércio

68.	Sistema de fontes; analogia e princípios comerciais . . . . .	231
69.	O Direito subsidiário; também Direito público? . . . . .	234
70.	Princípios materiais . . . . .	235

##### § 15.º Os usos comerciais

71.	Aspetos gerais. . . . .	240
72.	Elementos e natureza; confronto com o costume. . . . .	244
73.	Os usos do Código Civil; os usos como <i>estalões (standards)</i> . . . . .	245
74.	Os usos no Código Comercial e no Direito mercantil . . . . .	249
75.	Natureza; a “boa-fé”. . . . .	253

#### Secção II – DOS COMERCIANTES

##### § 16.º A ideia geral de comerciante

76.	Relevância; os atos de comércio unilaterais. . . . .	256
77.	Comerciante e empresário . . . . .	259
78.	A reforma do Código Comercial alemão de 1998 . . . . .	262
79.	O sistema do Código Comercial. . . . .	265

##### § 17.º O comerciante pessoa singular

80.	O acesso ao comércio. . . . .	268
-----	-------------------------------	-----

81.	A capacidade para praticar atos de comércio .....	269
82.	A situação dos menores .....	272
83.	A profissão de comerciante; proibições, incompatibilidades, inibições e impedimentos .....	274

#### **§ 18.º O comerciante pessoa coletiva**

84.	Sociedades comerciais .....	278
85.	Associações e fundações .....	279
86.	Pessoas coletivas públicas e entidades de solidariedade social .....	283
87.	Associações desportivas e suas federações .....	284
88.	Empresas públicas .....	284
89.	Institutos públicos e associações públicas .....	285

#### **§ 19.º Pessoas semelhantes a comerciantes**

90.	A categoria “pessoas semelhantes a comerciantes” .....	287
91.	O mandatário comercial; os gerentes, auxiliares, caixeiros e comissários .....	289
92.	Profissionais liberais .....	290

## **CAPÍTULO II – EMPRESA E ESTABELECIMENTO**

### **Secção I – A EMPRESA**

#### **§ 20.º Evolução histórico-comparatística da empresa**

93.	Aspetos gerais; a necessidade de enquadramento cultural .....	293
94.	A tradição germânica; do negócio à “empresa em si” .....	295
95.	Continuação; a (possível) dogmática da empresa .....	299
96.	Continuação; a evolução na segunda metade do século XX .....	302
97.	A tradição francesa .....	306
98.	A tradição italiana .....	309

#### **§ 21.º A empresa na experiência portuguesa**

99.	A tradição de Ferreira Borges e de Veiga Beirão .....	312
100.	A objetivação da empresa .....	313
101.	Os “interesses” da empresa .....	315

#### **§ 22.º A empresa e o Direito comercial português**

102.	Os desenvolvimentos linguísticos e a sua refutação .....	322
103.	A empresa como noção-quadro .....	324
104.	Concretização .....	327

**Secção II – O ESTABELECIMENTO****§ 23.º Noção e elementos do estabelecimento**

105. Aceções e noção geral . . . . .	330
106. Elementos do estabelecimento . . . . .	332
107. O critério da sua inclusão . . . . .	334
108. Nota comparatística . . . . .	338

**§ 24.º O regime e a natureza do estabelecimento**

109. A negociação unitária; o trespasse . . . . .	341
110. A cessão de exploração e a locação de estabelecimento . . . . .	346
111. O usufruto do estabelecimento . . . . .	351
112. O estabelecimento como objeto de garantia . . . . .	351
113. A reivindicação e as defesas possessórias . . . . .	352
114. A natureza . . . . .	353
115. O estabelecimento individual de responsabilidade limitada . . . . .	356

**CAPÍTULO III – O ESTATUTO GERAL DOS COMERCIANTES****Secção I – A FIRMA E A DENOMINAÇÃO****§ 25.º A firma e a sua evolução**

116. Ideia geral, origens e consagração legislativa . . . . .	359
117. A evolução novecentista . . . . .	362
118. A natureza da firma; opções . . . . .	364

**§ 26.º A firma na experiência portuguesa**

119. O Código Veiga Beirão; antecedentes e evolução subsequente . . . . .	368
120. As reformas dos anos 80 do século XX . . . . .	372
121. O RNPC de 1998 . . . . .	374

**§ 27.º O regime da firma**

122. Os princípios; teleologia geral . . . . .	380
123. Autonomia privada e limitações genéricas . . . . .	382
124. Obrigatoriedade e normalização . . . . .	385
125. Os comerciantes pessoas singulares . . . . .	387
126. A verdade e a exclusividade . . . . .	390
127. A estabilidade; a transmissão da firma . . . . .	393
128. O princípio da novidade . . . . .	396



129. A unidade . . . . .	398
130. Aspetos processuais . . . . .	400
131. A firma e o regime especial de constituição de sociedades (2005) . . . . .	402
132. Tutela e natureza perante o Direito português . . . . .	403

## **Secção II – A ESCRITURAÇÃO MERCANTIL E A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **§ 28.º Da escrituração**

133. Noção, escopo e enquadramento dogmático . . . . .	405
134. Evolução geral; partidas dobradas e contabilizações . . . . .	407
135. O Código Comercial de 1888. . . . .	409
136. A evolução subsequente . . . . .	411
137. A reforma das sociedades de 2006; o fim da escrituração comercial. . . . .	414

## **Secção III O REGISTO COMERCIAL**

### **§ 29.º O registo comercial: evolução e funcionamento**

138. Origem e evolução . . . . .	418
139. A experiência portuguesa . . . . .	421
140. O Código do Registo Comercial de 1986 . . . . .	424
141. O funcionamento do registo comercial (antes de 2006). . . . .	429

### **§ 30.º A reforma do registo comercial de 2006**

142. Aspetos gerais . . . . .	433
143. A eliminação da competência territorial das conservatórias . . . . .	435
144. Registos por transcrição e por depósito . . . . .	435
145. O processo do registo . . . . .	437
146. Papel da informática, apresentação por notário e documentos . . . . .	438
147. A impugnação de decisões . . . . .	439
148. O regime transitório . . . . .	440
149. As reformas de 2007, de 2008, de 2009 e as subsequentes . . . . .	441

### **§ 31.º O âmbito e os princípios do registo comercial**

150. O âmbito do registo comercial . . . . .	443
151. Os princípios do registo comercial; o princípio da instância . . . . .	445
152. O princípio da obrigatoriedade. . . . .	446
153. Os princípios da competência, da legalidade e do trato sucessivo. . . . .	447

**§ 32.º Os efeitos do registo comercial**

154. Generalidades; efeito presuntivo e regra da prioridade . . . . .	450
155. Efeito constitutivo . . . . .	451
156. Efeito indutor de eficácia; a) A publicidade negativa. . . . .	452
157. Segue; b) A publicidade positiva; as nulidades do registo . . . . .	456
158. Segue; c) A invocação da eficácia da aparência. . . . .	459
159. O problema das invalidades substantivas. . . . .	460
160. A responsabilidade do Estado . . . . .	461

**Secção IV – A INSOLVÊNCIA****§ 33.º Introdução ao Direito da insolvência**

161. A insolvência . . . . .	463
162. O Direito da insolvência. . . . .	465
163. Aspectos metodológicos . . . . .	466
164. Autonomia dogmática e bibliografia . . . . .	468

**§ 34.º A evolução do Direito da insolvência**

165. Direito romano . . . . .	470
166. Evolução subsequente; tradições francesa, alemã e anglo-saxónica . . . . .	472
167. A experiência portuguesa . . . . .	474

**§ 35.º As grandes reformas da insolvência**

168. A reforma francesa de 1985 . . . . .	478
169. A reforma alemã de 1994/2001 . . . . .	480
170. As reformas das primeiras décadas do século XXI . . . . .	482

**§ 36.º As insolvência internacionais**

171. Aspectos gerais e fontes. . . . .	488
172. As normas internas de conflitos . . . . .	489
173. O Regulamento 1346/2000, de 29 de maio . . . . .	491
174. O Regulamento 2015/848, de 20 de maio . . . . .	492

**§ 37.º Perfil geral da insolvência**

175. Princípios clássicos . . . . .	494
176. Situações especiais; a banca e os seguros . . . . .	496

---

**§ 38.º O revogado processo especial de recuperação de empresas e da falência**

177. A recuperação de empresas; o Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de julho . . . . .	498
178. O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência; a) A recuperação . . . . .	500
179. Segue; a assembleia de credores . . . . .	502
180. A falência e as suas consequências . . . . .	504

**§ 39.º O Código da Insolvência**

181. A Lei n.º 39/2003, de 22 de agosto (autorização legislativa) . . . . .	507
182. O Decreto-Lei n.º 53/2004, de 22 de agosto (diploma preambular) . . . . .	509
183. O Decreto-Lei n.º 200/2004, de 18 de agosto e as reformas subsequentes . . . . .	510
184. Legislação complementar. . . . .	513
185. O sistema geral do Código da Insolvência . . . . .	514
186. As disposições introdutórias . . . . .	515
187. Segue; noções legais . . . . .	517
188. Segue; preceitos processuais . . . . .	518

**§ 40.º Coordenadas da insolvência**

189. Enumeração . . . . .	520
190. A primazia da satisfação dos credores . . . . .	521
191. A ampliação da autonomia privada dos credores. . . . .	523
192. A simplificação do processo; a insolvência da pessoa singular . . . . .	526

**§ 41.º A revitalização de empresas**

193. O Memorando da Troika . . . . .	529
194. O regresso à recuperação, a simplificação e os credores . . . . .	531
195. O SIREVE, o PARI e o PERSI . . . . .	533
196. A reforma de 2022 e as perspetivas . . . . .	535

**§ 42.º A responsabilidade do requerente da insolvência**

197. O problema e o seu interesse . . . . .	538
198. A evolução do tema nas leis nacionais. . . . .	539
199. O artigo 22.º do CIRE: origem plausível . . . . .	549
200. Interpretação integrada. . . . .	553
201. A aplicabilidade na insolvência da litigância de má-fé, do abuso do direito de ação e da <i>culpa in agendo</i> ou <i>in petendo</i> . . . . .	554

**§ 43.º Valoração do Código da insolvência**

202. Aspectos gerais . . . . .	556
--------------------------------	-----

203. As opções básicas . . . . .	557
204. Técnica e estímulo jurídico-científico . . . . .	558

### III CONTRATOS COMERCIAIS

#### CAPÍTULO I – DOS CONTRATOS COMERCIAIS EM GERAL

##### Secção I – PRINCÍPIOS GERAIS

###### § 44.º *Autonomia das partes*

205. <i>Numerus apertus</i> ; o poder do mercado . . . . .	561
206. Contratos mistos; a natureza comercial . . . . .	563
207. As coligações de contratos . . . . .	567
208. Segue; os seus efeitos. . . . .	571
209. Consensualidade e normalização . . . . .	573
210. A delimitação negativa; a deontologia comercial . . . . .	575
211. O papel jurídico-científico da contratação comercial. . . . .	576

###### § 45.º *Princípios e regras comerciais*

212. Os chamados princípios comerciais materiais . . . . .	577
213. A liberdade de língua; o uso obrigatório do português . . . . .	578
214. As comunicações à distância . . . . .	582
215. A solidariedade. . . . .	584
216. O regime conjugal de dívidas. . . . .	584
217. Tutela do crédito comercial . . . . .	586
218. A prescrição presuntiva de dívidas comerciais . . . . .	590

##### Secção II – A CONTRATAÇÃO COMERCIAL

###### § 46.º *Culpa in contrahendo*

219. Deveres pré-contratuais mercantis . . . . .	592
220. A jurisprudência comercial . . . . .	593
221. Sentido e consequências; a natureza comercial . . . . .	596
222. O conteúdo do dever de informar. . . . .	599

###### § 47.º *Negócios preliminares e contratação mitigada*

223. Negócios preliminares e intercalares . . . . .	601
224. A contratação mitigada. . . . .	602

### Secção III – A ADESÃO A CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

#### § 48.º O comércio e as cláusulas contratuais gerais

225. As cláusulas e o comércio . . . . .	605
226. Dogmática básica . . . . .	606
227. Evolução; leis específicas . . . . .	608

#### § 49.º A lei portuguesa das cláusulas contratuais gerais

228. Aspetos gerais . . . . .	614
229. Âmbito e inclusão nos negócios singulares . . . . .	619
230. Interpretação e integração . . . . .	625

#### § 50.º Cláusulas contratuais gerais nulas e proibidas

231. Nulidade e proibição . . . . .	627
232. Sistema geral das proibições . . . . .	628
233. As cláusulas proibidas . . . . .	631
234. A conformação dos contratos comerciais . . . . .	638
235. O problema dos contratos pré-formulados . . . . .	639

### Secção IV – O COMÉRCIO À DISTÂNCIA

#### § 51.º Comércio eletrónico e comércio fora do estabelecimento

236. A contratação por computador . . . . .	643
237. A contratação por meios eletrónicos ou por <i>internet</i> . . . . .	646
238. Contratos à distância e fora do estabelecimento . . . . .	650
239. Vendas automáticas e vendas especiais esporádicas . . . . .	651
240. Publicidade não solicitada e venda ambulante . . . . .	652
241. Documentos eletrónicos e assinatura digital . . . . .	653
242. Faturas e comércio eletrónicos . . . . .	654
243. Balanço; a natureza comercial . . . . .	657

### CAPÍTULO II – CONTRATOS ESPECIAIS DE COMÉRCIO

#### Secção I – TIPIFICAÇÕES

#### § 52.º Os contratos comerciais e a sua ordenação

244. A ordenação legal . . . . .	659
245. Contratos extravagantes; tipos sociais . . . . .	660
246. A ordenação proposta . . . . .	662

**Secção II – A REPRESENTAÇÃO E O MANDATO COMERCIAIS****§ 53.º A representação em geral**

247. Generalidades; evolução geral da representação . . . . .	664
248. Requisitos, distinções e regime comum. . . . .	668
249. O negócio-base; regras quanto ao procurador e à sua substituição . . . . .	673
250. A tutela de terceiros . . . . .	677
251. Segue; a procuração tolerada e a procuração aparente. . . . .	680

**§ 54.º A representação comercial**

252. A situação em Ferreira Borges . . . . .	684
253. O Código Comercial . . . . .	685
254. A tutela de terceiros . . . . .	687

**§ 55.º O mandato comercial**

255. Tipos de mandato comercial; o núcleo estrito . . . . .	689
256. Gerentes de comércio. . . . .	692
257. Auxiliares e caixeiros. . . . .	694
258. O contrato de comissão . . . . .	694

**Secção III – O CONTRATO DE MEDIAÇÃO****§ 56.º Mediação: noções básicas e evolução**

259. Noções básicas. . . . .	697
260. Direito romano e Direito intermédio . . . . .	699
261. Os Direitos nacionais modernos. . . . .	701
262. Codificações civis e comerciais; justificações da figura . . . . .	704

**§ 57.º A mediação na experiência lusófona**

263. O Direito antigo e o Código Ferreira Borges (1833) . . . . .	707
264. O Código Veiga Beirão . . . . .	708

**§ 58.º A especialização da mediação**

265. Mediação mobiliária; intermediação financeira . . . . .	711
266. Mediação dos seguros . . . . .	713
267. Mediação imobiliária . . . . .	716
268. Mediação monetária. . . . .	722
269. Mediação de jogos sociais do Estado. . . . .	723

**§ 59.º Dogmática geral da mediação**

270. Aceções e modalidades .....	724
271. Mediação civil e mediação comercial .....	726
272. Mediação típica e mediação atípica .....	728
273. Figuras afins .....	730

**§ 60.º O regime e a natureza da mediação**

274. Requisitos .....	732
275. Cláusulas típicas e boa-fé .....	734
276. A retribuição .....	737
277. A cessação .....	740
278. Características e natureza .....	741

**Secção IV – OS CONTRATOS DE ORGANIZAÇÃO****§ 61.º A associação em participação**

279. Generalidades; origem e evolução; sistemas societários .....	742
280. Segue; sistemas comutativos .....	745
281. Os Códigos Comerciais portugueses; a conta em participação .....	747
282. A associação em participação .....	748
283. O regime .....	750
284. A natureza .....	753

**§ 62.º O consórcio**

285. Noções básicas; nota de Direito comparado .....	755
286. O Direito português; influências decisivas .....	757
287. Regime vigente .....	760
288. O problema da repartição dos ganhos e perdas .....	764
289. O termo do consórcio .....	767

**§ 63.º O contrato de lojista em centro comercial**

290. Generalidades .....	770
291. Esquema geral; a inaptidão do arrendamento .....	771
292. Um tipo autónomo .....	771
293. Natureza e regime .....	779

**Secção V – OS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO****§ 64.º Contratos de distribuição em geral**

294. A distribuição e o Direito . . . . .	778
295. Os contratos de distribuição . . . . .	780

**§ 65.º A agência**

296. Origem e evolução; o papel de matriz . . . . .	784
297. A Diretriz n.º 86/653/CEE . . . . .	785
298. O regime legal; generalidades . . . . .	787
299. As posições das partes . . . . .	790
300. A proteção de terceiros . . . . .	794
301. A cessação . . . . .	795
302. A indemnização de clientela; outros aspetos . . . . .	798

**§ 66.º A concessão**

303. O perfil da concessão . . . . .	802
304. Figuras afins . . . . .	803
305. O regime da concessão . . . . .	807
306. Especificidades . . . . .	809

**§ 67.º A franquia (*franchising*)**

307. Generalidades . . . . .	812
308. Modalidades; desenvolvimento em Portugal . . . . .	814
309. As posições das partes . . . . .	816
310. A cessação . . . . .	818
311. Problemas de concorrência . . . . .	820
312. Aspetos práticos . . . . .	822

**Secção VI – OS CONTRATOS BANCÁRIOS****§ 68.º Contratos bancários**

313. Características gerais . . . . .	824
314. Enumeração e remissão . . . . .	826

**Secção VII – OS CONTRATOS DE TRANSPORTE****§ 69.º O Direito geral dos transportes**

315. Generalidades; aspetos institucionais e materiais . . . . .	828
--	-----



316. O Código Comercial e o papel das cláusulas contratuais gerais .....	830
317. Quadro geral dos contratos de transporte.....	831

**§ 70.º O Direito internacional dos transportes; os *incoterms***

318. As convenções internacionais .....	833
319. As diretrizes europeias .....	836
320. Os <i>incoterms</i> .....	837
321. Segue; aplicação interna e natureza .....	839
322. <i>Trade terms</i> .....	841

**§ 71.º O contrato de transporte**

323. Nota histórica .....	843
324. O transporte em geral .....	845
325. O Código Comercial .....	847
326. A guia de transporte .....	848
327. A execução do transporte .....	850
328. A responsabilidade do transportador .....	851
329. A entrega e as garantias do transportador .....	853

**§ 72.º Figuras afins do contrato de transporte e natureza**

330. O transitário .....	854
331. Contratos de reboque, de tração e de afretamento .....	856
332. A natureza.....	858

**Secção VIII – O CONTRATO DE SEGURO**

**§ 73.º Problemática geral dos seguros**

333. Generalidades.....	860
334. Remissão .....	862

**Secção IX – OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA  
E DE TROCA MERCANTIS**

**§ 74.º A compra e venda comercial**

335. Delimitação .....	864
336. Modalidades .....	867
337. Particularidades de regime.....	868

**§ 75.º O escambo ou troca comerciais**

338. A equiparação à compra e venda .....	870
---	-----

**Secção X – O REPORTE****§ 76.º O reporte**

339. Noção geral .....	872
340. Modalidades e características .....	874
341. Função e natureza .....	876
342. Os denominados direitos acessórios .....	879

**Secção XI – A LOCAÇÃO COMERCIAL****§ 77.º A locação comercial**

343. O aluguer comercial .....	887
344. O arrendamento comercial .....	887

**Secção XII – TRANSMISSÃO E REFORMA DE TÍTULOS DE CRÉDITO MERCANTIS****§ 78.º Transmissão e reforma de títulos de crédito**

345. Remissão .....	889
---------------------	-----

<b>Índice de jurisprudência .....</b>	<b>891</b>
<b>Índice onomástico .....</b>	<b>909</b>
<b>Índice bibliográfico .....</b>	<b>933</b>
<b>Índice ideográfico .....</b>	<b>1009</b>